**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**

NOTA TÉCNICA N° 264/2009/COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Ajuda de Custo.

Referência: Processo nº 08007.004573/2009-09 e anexo 08007.004574/2009-45

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos da concessão de ajuda de custo à servidora [REDACTED], nomeada para exercer o cargo de Ouvidor, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, código DAS-101.4.

ANÁLISE

2. Consta às fls. 30 que, inicialmente, a servidora foi nomeada pela Portaria nº 25/SE, de 19 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2008, para exercer o cargo de Gerente de Projeto da Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR e exonerada do mesmo cargo pela Portaria nº 10/SEPPIR, de 23 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 24 de abril de 2009, cópia às fls. 09.

3. Após essa exoneração, a postulante solicitou ajuda de custo, às fls. 06, e embarcou de Brasília para o Rio de Janeiro, seu estado de origem, conforme cópia, às fls. 03, do bilhete da empresa TAM Linhas Aéreas S. A, em 26/05/2009.

4. Todavia, os documentos acostados aos autos demonstram que a interessada retornou a Brasília dois dias depois, na data de 28/05/2009, de acordo com o bilhete de fls. 04, devido ao fato de ter sido nomeada para exercer o cargo de Ouvidor da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, Código DAS – 101.4, por meio da Portaria nº 27, de 26/05/2009.

5. Ao examinar os autos a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, por meio do Despacho nº 403/2009/AJ/CGRH/SPOA/SE/MJ, fls. 33 a 35, ressalta as ocorrências da situação funcional da servidora que interessam ao deslinde do presente caso, *verbis*:

“Por ocupar cargo de DAS 4, teve deferido o pedido de ressarcimento de despesas com moradia. A interrupção do referido benefício, conforme previsão

legal, somente se consumou 30 dias após a referida exoneração. O retorno da então ex-servidora à localidade de origem se deu em 26 de maio de 2009, conforme atesta fotocópia dos comprovantes de emissão de passagem e de embarque acostados aos autos.

Por tal deslocamento, percebeu a nominada ajuda de custo (Processo nº 08007.003367/2009-73) e ressarcimento correspondente ao valor da despesa com a passagem aérea (processo nº 08007.003366/2009-29). Não foi solicitado o transporte de bagagens.

Ocorre que, no mesmo dia de retorno à cidade de origem, em 26 de maio de 2009, foi assinado novo ato (Portaria SEPPIR nº 27, de 26 de maio de 2009, publicada in DOU de 27 seguinte), desta feita nomeando a interessada para o exercício do cargo de Ouvidor, código DAS 101.4, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Com vistas à percepção de nova ajuda de custo e ressarcimento de passagem aérea, foram juntados aos autos comprovantes de deslocamento Rio de Janeiro/Brasília.

Conforme verificado, o retorno da servidora à localidade de origem ocorreu no mesmo dia da assinatura da Portaria SEPPIR nº 27, de 26 de maio de 2009, que a nomeou para o cargo de Ouvidor, código DAS 101.4, ato do qual, presume-se, tinha a servidora plena ciência. A nomeação para cargo DAS 4, ou superior, implica em prévia consulta à Casa Civil da Presidência da República, procedimento este que dura em torno de 30 dias ou mais.

O conhecimento de nova nomeação, a viagem ao Rio de Janeiro e a volta para Brasília para assumir o cargo de Ouvidor, repita-se, apenas dois dias depois, configura, s.m.j., que o retorno à cidade de origem se deu sem o necessário animus de permanência.

*O retorno com animus de permanência é *Conditio sine qua non* para o reconhecimento do direito à percepção da ajuda de custo e da passagem aérea pagas quando da exoneração. Em não estando caracterizado, restará à servidora efetuar a restituição dos valores percebidos. No mesmo sentido, não há que se falar em direito à percepção de ajuda de custo em face do deslocamento indicado como decorrente da nomeação para o cargo de Ouvidor.*

Por tudo isso, depreende-se, a viagem para a localidade de origem e o retorno a Brasília dois dias depois, supõe-se, constituíram meros deslocamentos para o solucionamento de questão pessoal, não estando a Administração Pública autorizada a efetuar os ressarcimentos correspondentes.

Isso posto, recomenda esta Assessoria Jurídica, por hora, o indeferimento do pedido.”

6. Em sua defesa, a interessada assim se manifestou às fls. 42 a 43:

“No dia 30 de abril de 2009 fiz a solicitação de transporte aéreo para retorno ao domicílio permanente, bem como a ajuda de custo a que legalmente faço jus.

No dia 06 de maio de 2009, o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial da presidência da República expediu solicitação a Casa Civil de uma nova portaria, para o cargo de Ouvidor.

Posteriormente tomei ciência da solicitação e fiquei aguardando que a mesma se materializasse, pois se tratava de um cargo em comissão.

No dia 22 de maio de 2009, o setor de emissão de passagens, dessa Coordenaria Geral encaminhou via e-mail a passagem para dia 26 de maio do corrente às 11 horas.

O período de 30 dias coberto pelo procedimento indenizatório de ajuda de custo e passagem ocorreu em 23 de maio de 2009.

Uma vez expirado os 30 dias de prazo regulamentado pela legislação fiquei sem condições de custear despesas para minha manutenção e conseqüente permanência em Brasília, já que me encontrava fora do domicílio de origem.

A publicação da portaria se materializou no dia 27 de maio, portanto 03 dias após o período de 30 dias, quando de fato houve a publicação no DOU para o novo cargo.

Ademais, a imprevisibilidade dessa publicação poderia levar mais tempo, pois só fui notificada com a publicação no dia 27 de maio de 2009, retornando para posse em 28 de maio de 2009.

Destarte, solicito observar as considerações acima descrita e afirmar que e em nenhum momento houve de minha parte dolo ou má fé, ficando no aguardo de novo pronunciamento.”

7. A Lei nº 8.112, de 1990, disciplina em seus arts. 53 e seguintes, a concessão da ajuda de custo, *verbis*:

“ Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.

§ 2º À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.

Art. 54. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.

Art. 55. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Art. 56. Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Parágrafo único. No afastamento previsto no inciso I do art. 93, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.

Art. 57. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.

8. O Decreto nº 4.004, de 2001, regulamentou o pagamento dessa indenização, *verbis*:

“Art. 1º Ao servidor público civil regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:

I - ajuda de custo, para atender às despesas de viagem, mudança e instalação;

II - transporte, preferencialmente por via aérea, inclusive para seus dependentes;

III - transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, ao servidor nomeado para os cargos de Ministro de Estado, de titular de órgãos essenciais da Presidência da República, de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), quando implicar exercício em nova sede.

§ 2º Caberá ao órgão em que tiver exercício o servidor nomeado para os cargos de que trata o parágrafo anterior efetuar o pagamento das indenizações referidas neste artigo.

§ 3º Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo ou reassumi-lo em virtude de mandato eletivo.

Art. 2º O valor da ajuda de custo de que trata o inciso I do art. 1º será calculado com base na remuneração de origem, percebida pelo servidor no mês em que ocorrer o deslocamento para a nova sede.

§ 1º É facultado ao servidor requisitado para o exercício dos cargos em comissão de que trata o § 1º do art. 1º optar pela ajuda de custo em valor equivalente à remuneração integral do respectivo cargo.

§ 2º A ajuda de custo corresponderá a uma remuneração, caso o servidor possua um dependente, a duas remunerações, caso o servidor possua dois dependentes e a três remunerações, caso o servidor possua três ou mais dependentes.

Art. 3º O servidor que, atendido o interesse da Administração, utilizar condução própria no deslocamento para a nova sede, fará jus à indenização da despesa do transporte, correspondente a quarenta por cento do valor da passagem de transporte aéreo no mesmo percurso, acrescida de vinte por cento do referido valor por dependente que o acompanhe, até o máximo de três dependentes.

Parágrafo único. Quando os dependentes do servidor não se utilizarem do meio de deslocamento previsto neste artigo, a repartição fornecerá passagens rodoviárias ou aéreas para os que, comprovadamente, se utilizarem destes meios.

Art. 4º No transporte de mobiliário e bagagem referidos no art. 1, será observado o limite máximo de doze metros cúbicos ou 4.500kg por passagem inteira, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos ou novecentos quilogramas por passagem adicional, até três passagens.

Parágrafo único. Compreende-se como mobiliário e bagagem os objetos que constituem os móveis residenciais e bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

Art. 5º São considerados dependentes do servidor para os efeitos deste Decreto:

I - o cônjuge ou companheiro legalmente equiparado;
II - o filho de qualquer condição ou enteado, bem assim o menor que, mediante autorização judicial, viva sob a sua guarda e sustento;

III - os pais, desde que, comprovadamente, vivam à suas expensas.

§ 1º Atingida a maioridade, os dependentes referidos no inciso II perdem essa condição, exceto nos casos de:

I - filho inválido; e

II - estudante de nível superior, menor de vinte e quatro anos, que não exerça atividade remunerada.

§ 2º Para os efeitos do disposto no inciso II do art. 1, considera-se como dependente do servidor um empregado doméstico, desde que comprovada regularmente esta condição.

Art. 6º Na hipótese em que o servidor fizer jus à percepção da ajuda de custo e que, da mesma forma, o seu cônjuge ou companheiro o fizer, a apenas um serão devidas as vantagens de que trata o art. 1.

Art. 7º Será restituída a ajuda de custo:

I - considerando-se, individualmente, o servidor e cada dependente quando não se efetivar o deslocamento para a nova sede no prazo de trinta dias, contados da concessão, observado o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - quando, antes de decorridos três meses do deslocamento, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

Parágrafo único. Não haverá restituição:

I - quando o regresso do servidor ocorrer ex officio ou em virtude de doença comprovada;

II - havendo exoneração após noventa dias do exercício na nova sede.

Art. 8º As despesas relativas à ajuda de custo, passagens e transportes de bagagem dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior.

Art.9º As disposições deste Decreto aplicam-se:

I- ao ocupante de cargo em comissão, mesmo quando não titular de cargo efetivo; e

II- a qualquer ocupante de cargo público, exonerado no interesse da Administração, que não faça jus a auxílio da mesma espécie pago por outro órgão ou entidade, exceto nos casos de demissão ou destituição.

§ 1º Na hipótese deste artigo a ajuda de custo corresponderá à remuneração do cargo.

§ 2º No caso do inciso II, a ajuda de custo e o transporte de que tratam os incisos II e III do art. 1º somente serão devidos no caso de retorno da sede onde serviu para a sua localidade de origem.”

CONCLUSÃO

9. Como se observa da leitura dos dispositivos legais acima transcritos, não há previsão legal para um tempo mínimo de estada quando do retorno ao município de origem. Ademais, embora a servidora estivesse ciente de sua provável nomeação para

ocupar novo cargo comissionado, não havia data limite para a publicação desse ato. Dessa forma, conforme relato da interessada, por ficar sem condições de custear suas despesas em Brasília, retornou ao Rio de Janeiro após o período de 30 dias que ainda fazia jus ao recebimento de auxílio-moradia.

10. Diante de todo o exposto, por não poder o administrador restringir onde a Lei não o fez, entendemos que não há impedimento legal à concessão de ajuda de custo em virtude da nomeação para exercer o cargo de Ouvidor, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, código DAS-101.4.

11. Diante do exposto, submetemos o presente ao Senhor Coordenador-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas-Substituto, para que, se de acordo encaminhe o mesmo à apreciação da Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais com posterior restituição à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça.

À consideração superior.

Brasília, 17 de setembro de 2009.

BYANNE RIGONATO
Administradora

MARIA VICENTINA PEREIRA DE ARAÚJO
Chefe da Divisão de Análise de Processos

De acordo. Encaminhe-se à Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais.

Brasília, 17 de setembro de 2009.

OTÁVIO CORRÊA PAES
Coordenador-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas-Substituto

Aprovo. Encaminhe-se à CGRH/MJ para conhecimento e demais providências.

Brasília 23 de setembro de 2009.

DANIELE RUSSO BARBOSA FEIJÓ
Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais